

## **Entrevista do Desembargador Edmundo Minervino Dias concedida ao Programa de História Oral do TJDF**

**Entrevistado:** Desembargador Edmundo Minervino Dias

**Entrevistadores:** Desembargadora Maria Thereza de Andrade Braga Haynes e Desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves

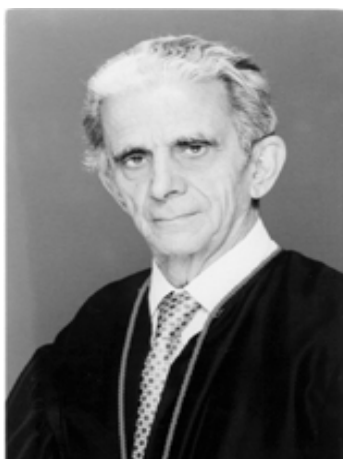
**Transcrição:** Eliana Costa

**Revisão:** Otacílio Guedes Marques

**Data:** 05 de maio de 2008.

**Local:** Brasília - DF

### **Biografia**



Nascido em Canavieiras - Bahia, filho de José Dias dos Santos e Ethercília Minervino dos Santos, casado com Jacy Maria Lima Minervino, com quem tem 3 filhos: Bruno, Eliana e Beatriz. Bacharelou-se em 1964 pela Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia. Membro do Instituto de Direito Comparado Luso-Brasileiro e Solicitador Acadêmico na OAB, em 1963, no estado da Bahia, onde exerceu também as funções de Advogado, Promotor de Justiça, Professor - Matemática, Português, Legislação e Organização Escolar, História e Filosofia da Educação, Legislação Aplicada - Juiz de Direito e Juiz Eleitoral. Na Fundação Educacional do Distrito Federal, desempenhou as funções de Assessor da Diretoria Geral de Administração e Diretor Administrativo. Em 1974, prestou concurso público, no qual foi classificado e nomeado Juiz de Direito Substituto do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. Promovido, em janeiro de 1977, a Juiz de Direito Titular da 5ª Vara Criminal. Em 1979, ocupou o cargo de Juiz de Direito Titular da 1ª Vara de Fazenda Pública. Por merecimento, em 1989, tornou-se Desembargador. Durante o biênio 1994-1996 foi Corregedor do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios e no biênio 2000-2002, foi eleito Presidente do TJDF. No exercício do magistério, em Brasília, lecionou a disciplina de Direito Processual Civil, na AEUDF, 1973-1990, assumindo a Diretoria do Departamento de Ciências Jurídicas daquela faculdade de abril de 1975 a janeiro de 1979. Exerceu na Justiça Eleitoral do Distrito Federal os cargos de: Membro Suplente, em 1985; Juiz Eleitoral, de abril

de 1986 a abril de 1988; Vice-Presidente e Corregedor, no biênio de 1992-1994 e Presidente, de maio de 1996 a maio de 1998. Em novembro de 1991 assumiu a presidência da Associação dos Magistrados do Distrito Federal - AMAGIS, onde permaneceu até setembro de 1994. Representante da Associação dos Magistrados Brasileiros - AMB, no Distrito Federal, desde maio de 1992-2000. Representante do poder judiciário, nomeado pelo Presidente da República, para integrar a Comissão Nacional das Comemorações do V Centenário do Descobrimento do Brasil. Aposentou-se pela Portaria GP 234 de 09.05.2002.

## **Entrevista**

### **Desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves**

Hoje, dando seguimento ao “Projeto Memória”, vamos fazer a entrevista com o Desembargador Minervino que muita contribuição deu para a Justiça do Distrito Federal, e vai nos contar hoje um pouco da sua história. Porque, como já disse em outras oportunidades, a história das pessoas que aqui trabalharam, que deram os melhores anos da sua vida, que fizeram disso aqui a luta da sua vida, acaba sendo a história da Instituição. E o Desembargador Minervino vai colaborar com o “Projeto Memória” nos contando um pouco da sua história ligada à magistratura, desde o momento em que resolveu vir pra Brasília ser Juiz de Direito. Pois não, Desembargador.

### **Desembargador Edmundo Minervino**

Muito obrigado aos organizadores do registro da “Memória do Tribunal”. Não deixa de ser uma idéia válida, pelo seu conteúdo e propósito, porque fará registrar a história do próprio Tribunal para leitura daqueles de hoje e de amanhã, que vierem a conhecer e, de modo mais de perto, o próprio Tribunal. Meus parabéns à colega Desembargadora Maria Thereza Braga e ao colega Desembargador Hermenegildo Gonçalves. Por sinal, nós, colegas do mesmo concurso. Uma certa ocasião, lá se vai tempo, um irmão meu (advogado no Rio de Janeiro) insistiu comigo que eu me inscrevesse no concurso de Juiz do Rio de Janeiro. Àquela época, era eu Promotor Público na Bahia. Para me motivar, ele também se inscreveu. Interesse algum ele tinha, sabia eu, dado que tinha uma boa banca de advocacia. Mas insistia ele que eu me exonerasse do cargo de Promotor e fosse trabalhar com ele. Casado, recém-casado, eu disse”: Ô, Frederico, na Bahia pelo menos eu tenho um cargo. Desculpa essa situação financeira, eu to casado, não estou sozinho. Eu vou, volto pra minha Comarca e vou

estudar para o concurso de Juiz daqui. Disse-me ele uma frase lapidar que nunca mais me esqueci: “Edmundo, só sente o calor quem está perto do fogo. Você vai pra Bahia, suas obrigações de Promotor farão você esquecer ou tirarão você duma dedicação maior ao concurso”. Respondi: “Não, não ocorrera. Eu estudarei”. Mas o vaticínio dele se confirmou. Não pude estudar. Não fiz o concurso. Seguidamente, eu fiz o concurso de Juiz de Direito da Bahia; passei e tomei posse no cargo. Mas não tirava da cabeça a idéia de vir para Brasília, por dois motivos, ou dois grandes sonhos: ser professor universitário e ingressar neste honrado Tribunal de Justiça do Distrito Federal. Conselhos adversos não me faltaram. Já casado, agora, com um filho menor de dois anos de idade. Então, ao me inscrever para o concurso daqui, eu aceitei o conselho do meu irmão Frederico. Exonerei-me do cargo de Juiz de Direito da Bahia, e vim para Brasília.

#### **Desembargadora Maria Thereza Braga Haynes**

Isso foi muita coragem.

#### **Desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves**

É verdade...

#### **Desembargador Edmundo Minervino**

Inscrevi-me no concurso de Juiz de Direito Substituto daqui, em 1972, cujo o inicio das provas só veio a se realizar no final de 1973. Lembremo-nos que nós estudamos para o concurso com o Código Processo Civil anterior, portanto, revogado no inicio da realização do concurso. Significa dizer que tivemos que fazer um concurso com o novo Código Processo Civil, o de 1973. Ao final, passamos: José Augusto de Figueiredo Branco, Hermenegildo Gonçalves, Maria Thereza Braga, Simão Guimarães, eu, e mais dois – esses últimos não tomaram posses.

#### **Desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves**

E éramos jovens também, né?

#### **Desembargador Edmundo Minervino**

Éramos jovens. Até então, o TJDF contava apenas com dois Juizes de Direito Substitutos: Luiz Cláudio de Almeida Abreu e o Pingret de Carvalho, logo promovidos a Juiz de Direito. Ficamos nós, somente cinco, como Juiz de Direito Substituto. A luta era grande;

também fazíamos casamento nas cidades satélites, que não eram circunscrições judiciárias. O concurso terminou, lembro-me bem, no início da segunda semana de maio de 1974; estava lá o meu nome entre os aprovados; ao chegar em casa e disse para Jacy: “Hoje, olha, já ganhei o meu presente de aniversário” 11.05. Essa história, Desembargador Hermenegildo, Desembargadora Maria Thereza, nós todos conhecemos.

### **Desembargadora Maria Thereza Braga Haynes**

Desembargador Minervino, o senhor já me contou uma vez que a sua, o seu início de vida aqui em Brasília foi muito difícil.

### **Desembargador Edmundo Minervino**

Realmente, foi muito difícil. A luta não foi pequena, nem menos honrosa. Muito honrosa pra nós todos, é o testemunho que dou. Assim o faço para a memória do Tribunal, principalmente para vocês, colegas de jornada. Corríamos todas as Varas aqui em Brasília; a gente estava numa Vara hoje, três horas da tarde, quatro horas da tarde, tinha que ir pra outra. Acumulávamos várias Varas e éramos só nós cinco. E, semanalmente, um de nós, ou mensalmente, era designado para fazer os casamentos, tanto aqui no Fórum, quanto nas Cidades Satélites.

### **Desembargadora Maria Thereza Braga Haynes**

Em todo o Distrito Federal.

### **Desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves**

Havia uma grande quantidade de casamentos. Você se recorda que em Taguatinga, especialmente, chegava-se lá e encontrava-se uma fila.

### **Desembargador Edmundo Minervino**

Sim, muitos nubentes a nossa espera.

### **Desembargadora Maria Thereza Braga Haynes**

Cem casais às vezes.

### **Desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves**

Vinte. Vinte pessoas. Trinta pessoas.

**Desembargador Edmundo Minervino**

Vinte, trinta casais. E isso numa corrida, porque marcávamos os casamentos para as dezoito horas, mais ou menos, e tínhamos que dar conta do trabalho judiciário. E saía de carro correndo e voltava novamente, e aí recomeçava a luta.

**Desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves**

Aqui tinha um juiz substituto, que já se aposentou, ele também participou desses casamentos. Mas ele chegava lá muito cansado e dizia: "Mas tenho que casar essa gente toda? Eu acho que eu vou perguntar assim: olha, esse grupo de lá quer casar com o grupo de cá?". Mas, aí, eu falava pra ele: "Mas isso pode dar confusão porque eles podem querer escolher. Aí vai ser uma coisa muito difícil. É melhor consultar o povo".

**Desembargadora Maria Thereza Braga Haynes**

O ensinamento que o Código der, manda fazer.

**Desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves**

“Mas é (inaudível) nós vamos sair daqui seis horas da tarde”. É o jeito.

**Desembargadora Maria Thereza Braga Haynes**

Desembargador Minervino, nessa mesma época, o senhor começou a dar aulas? Como que foi?

**Desembargador Edmundo Minervino**

Sim. Este foi o meu grande sonho, ser professor universitário, o que comecei até antes de ser juiz. Me fiz amigo aqui, em Brasília, depois compadre, de uma pessoa chamado Osmar Carvalho, quem ensinava na UDF, para onde me conduziu, exatamente para a cadeira de Direito Processual Civil, matéria que desejava lecionar, isso por volta de 1973. Além de professor, fui diretor da Faculdade de Direito da UDF de 1974-1990. As dificuldades não eram pequenas, mas gratificantes porque, sendo pouco como éramos, procurávamos, todos nós, o melhor desempenho nos nossos trabalhos.

Quando eu fui vice-presidente da Associação dos Magistrados do Distrito Federal, o Desembargador Cernicchiaro era presidente. Era eu titular de uma Vara Criminal, cuja a janela dava pra esta praça aqui, onde se aglomeravam pessoas pobres, aqui chegavam oito

horas da manhã, sete horas da manhã, com seus filhos desnutridos nos braços, para uma audiência às duas, três horas da tarde, na única Vara de Família, até então existente. Contávamos nós com amigo comum, o Dr. Paulo Roberto Costa Leite, Chefe de Gabinete, da Casa Civil da Presidência da República. Com a ajuda do Dr. Paulo Roberto, conseguimos aprovar, no Congresso Nacional, uma nova lei de nossa Organização Judiciária, aí incluindo as Circunscrições Judiciárias de Taguatinga, Sobradinho, Gama, Planaltina, exatamente para melhor atendimento de nossos jurisdicionados.

**Desembargadora Maria Thereza Braga Haynes**

Ceilândia.

**Desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves**

Essa lei foi a de setenta e nove?

**Desembargador Edmundo Minervino**

Parece-me que sim.

**Desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves**

Essas leis nossas, eu já disse isso também, essas leis, a Lei de Organização Judiciária nossa, quase todas elas têm uma história.

**Desembargador Edmundo Minervino**

Têm uma história.

**Desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves**

E não foi fácil transformar em lei, projetos imaginados aqui neste Tribunal.

**Desembargador Edmundo Minervino**

Sim. Sempre foi com alguma dificuldade que conseguíamos, no Congresso, aprovação de nossos projetos, em Lei.

**Desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves**

O que eu acompanhei de perto e lutei muito por ele, foi a dos juizados especiais. Mas, essa que o Minervino ta fazendo referência, com certeza também deu muito trabalho.

**Desembargador Edmundo Minervino**

De certo modo, sim.

**Desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves**

E ele pode nos contar. Pode nos contar um pouco dessa lei.

**Desembargador Edmundo Minervino**

Como referido anteriormente, contávamos, para isto, com o Dr. Paulo Roberto Costa Leite, colega de magistério na UDF; o Desembargador Hermenegildo era também professor. Além do Paulo Roberto, o Cataldo, então colega do Paulo Roberto do Gabinete da Casa Civil da Presidência da República, nos prestou auxílio decisivo.

**Desembargadora Maria Thereza Braga Haynes**

Tudo era centralizado aqui.

**Desembargador Edmundo Minervino**

É. Crianças desnutridas no colo das mães, a espera de uma audiência para uma ação de alimentos ou de reconhecimentos de paternidade. Só havia uma Vara de Família; nenhum filho saía dali sem pai, porque o titular da Vara era o Dr. Elmano Farias. Dizia-se que, com o Dr. Elmano, nenhum filho saía do Tribunal sem a paternidade reconhecida.

**Desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves**

É, aliás, eu vou contar aqui um fato, porque eu fui designado uma certa vez pra substituir na Primeira Vara de Família.

Eu fui. O Desembargador Elmano tirou férias, e eu fui designado pra lá. Comecei a despachar e peguei num processo, que era uma investigação de paternidade, levei pra casa, estudei e tal, dei a sentença. Chamei o escrivão, que era o Neiva.

**Desembargadora Maria Thereza Braga Haynes**

Isso.

**Desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves**

E entreguei para ele e disse: “Olha, você pode levar pra publicar”. Aí, daqui uns quinze minutos, ele voltou: “Desembargador, não tem nenhum engano, não?”. Eu: “Qual é o engano?”. Ele disse: “Não, é porque a sentença é de improcedência. Aqui nós não temos nenhum caso de improcedência”.

**Desembargadora Maria Thereza Braga Haynes**

Mas isso é muito bom.

**Desembargador Edmundo Minervino**

É. Pois, dizia-se que o Dr. Elmano não deixava ninguém sem pai.

**Desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves**

Eu falei pra ele: “Não, mas essa não tem nenhum engano não, é improcedente mesmo”.

**Desembargador Edmundo Minervino**

Pois bem, o tempo foi passando, e eu fui promovido a Juiz de Direito. Antes quero fazer um registro, qual seja a coincidência minha e com o hoje Ministro Cernicchiaro. Quando o Cernicchiaro foi fazer o Ph.D. em Direito Penal na Universidade Gregoriana, em Roma, escolheu ele minha pessoa para substituí-lo na 1ª Vara da Fazenda Pública. Após seu retorno, quando promovido a Desembargador, concorri e fui removido, justamente, para a 1ª Vara da Fazenda Pública. Nomeado Cernicchiaro Ministro do STJ, vim eu a ser promovido a Desembargador, exatamente na vaga aberta pelo Cernicchiaro; o ato de minha promoção foi chancelado pela estimada colega Maria Thereza Braga, então presidente do TJDF, isso em 1989.

**Desembargadora Maria Thereza Braga Haynes**

Na vara da fazenda?

**Desembargador Edmundo Minervino**

Na 1ª da Vara da Fazenda. Era a única. Recordo-me, agora, que éramos dezoito Juízes e o Tribunal se compunha de dez Desembargadores. Nós éramos dezoito juízes, sendo treze titulares e cinco substitutos. Os titulares eram: Eduardo Ribeiro, Manoel Coelho,

Cernicchiaro, Dirceu de Farias, Elmano, Sebastião Rios, Melo Martins, Luiz Cláudio, Pingret de Carvalho, Maria Carmem, Waldir Meuren, e outros, cujos nomes que não me vêm agora à memória. Um dos casos que eu julguei, quando Juiz da Vara da Fazenda Pública, refere-se ao que passou a se denominar: ‘Os Incansáveis da Ceilândia’. **CEILÂNDIA** é sigla da “**Comissão de Erradicação da Invasão**”, a que chamavam a “Invasão do Urubu”, ficava defronte ao Núcleo Bandeirante. E foram seus ocupando removidos para o que hoje é exatamente a Região Administrativa de Ceilândia.

**Desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves**

Eram só pessoas que moravam em barracos.

**Desembargador Edmundo Minervino**

Sim, em barracos, na “Invasão do Urubu”.

**Desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves**

Foram todos lá prá Ceilândia.

**Desembargador Edmundo Minervino**

Foram pra Ceilândia, removidos. A promessa do Governo era a de titularizar os lotes em favor deles; eram cento e setenta e tantas pessoas com suas famílias. O processo era volumoso. Ao proferir a sentença, adjudiquei a cada um deles o respectivo lote em que foram assentados, consignando no julgado louvor a luta deles os “Incansáveis da Ceilândia”.

**Desembargadora Maria Thereza Braga Haynes**

Nessa época, Desembargador, já havia esse problema de invasões...?

**Desembargador Edmundo Minervino**

Por uma razão sócio-econômica preponderante. À medida que as construções oficiais iam diminuindo, o povão, aqueles operários da construção civil que contribuíram para que hoje chamamos “A Epopéia da Nova Capital da Republica”, ia formando uma massa de desempregados e desafortunados. O abrigo em barracas, instaladas em áreas sem quaisquer infra-estruturas era a solução única que lhes restava.

**Desembargadora Maria Thereza Braga Haynes**

É ali onde foi construído depois o Riacho Fundo, não?

**Desembargador Edmundo Minervino**

Não, é antes. Era bem defronte o Núcleo Bandeirante.

**Desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves**

Defronte mesmo ao Núcleo Bandeirante. Em frente. Tem só uma estrada no meio.

**Desembargador Edmundo Minervino**

Um processo que me chamou a atenção, ficou na minha memória, este de natureza criminal, descoberto quase que por acaso, e graças a eficiente investigação policial, de co-autoria, com três réus. O principal deles era o Euclides, depois o João e outro cujo nome não me recordo. Euclides, intitulado-se agente da polícia do Distrito Federal, ficava na saída de Goiânia, em algum bar próximo à rodovia. Quando alguém se dirigia ao cafezinho ali instalado, Euclides, com revólver trinta e oito em punho aproximava-se do motorista (sozinho) e dizia: “Você tem um mandado, uma intimação da polícia para ir pra Brasília”. Respondia a vítima: “Mas eu nunca tive qualquer problema em Brasília; sou apenas um caixeiro viajante”, a que Euclides, encostando a arma na cabeça da vítima, acrescentava: não vim para discutir, tenho que conduzi-lo a Brasília. Embarcava no veículo da vítima, tendo seu comparsa João ao volante, a vítima passava para o banco traseiro sobre a mira do revólver. Em Brasília, conduziu o veículo para dentro do matagal, em Sobradinho. Ali saltavam os três. Dizia Euclides para vítima: “Corra, quero ver se a minha pontaria ainda está boa...”. Apesar das suplicas da vítima, o réu atirava na vítima pelas costas; arquejante o pobre coitado, Euclides e João consumavam o homicídio batendo com o cabo do macaco na cabeça da vítima; ao depois tiravam gasolina do tanque do carro, com a qual tocavam fogo na própria vítima e nos documentos que portava. O terceiro réu, morador do Núcleo Bandeirante, encarregava-se de adulterar a identificação do veículo, conseguindo nova documentação e vende-lo em Anápolis.

Assim fizeram por duas vezes, nessa última o matagal escolhido foi o do Gama. A polícia já tinha recolhido a ossada das duas vítimas anteriores. Mas uma terceira tentativa não prosperou. Desta vez, Euclides e João ficaram de tocaia na 309 Sul, na antiga SUNAB. Por ali passava o Dr. Geraldo Magela, advogado, que foi abordado pelos réus, com a mesma conversa da intimação para comparecer em uma delegacia do DF. Dr. Geraldo Magela

retrucou, mas suas razões de advogado não prevaleceram, e até mesmo a justificativa que iria comprar remédio a base de morfina para sua esposa que era doente de câncer. Os bandidos conduziram o Dr. Magela em seu veículo, desta vez em direção a Brazlândia, em cujo matagal entraram. Fizeram com que o Dr. Magela tirasse a roupa e mandaram que ele corresse. Deram dois tiros na costas do Dr. Magela; os projeteis eram velhos, sem força de penetração, mais com impacto o Dr. Magela caiu; levantou-se em seguida e, correndo, foi em direção ao um veículo que por ali passava, pedindo socorro; em perseguição, os bandidos atiraram em direção ao motorista, que, face à ameaça, não pode prestar socorro ao Dr. Magela. Este então saiu correndo em direção ao casebre, onde se abrigou.

Euclides e seu parceiro levaram o veículo da vítima. Recomposto do susto, o Dr. Magela fez o registro da ocorrência na DP, onde fez o retrato falado dos meliantes, depois reconhecidos pelo próprio Dr. Magela na DP. Graças a esse incidente é que a Polícia pode chegar aos crimes anteriores, confessados.

**Desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves**

É que o réu tem muitas prerrogativas.

**Desembargador Edmundo Minervino**

Todas as prerrogativas. Todas as proteções.

**Desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves**

E tem um processo, não sei se você chegou a atuar, que o réu já tinha o apelido de azeitona. Lembra disso?

**Desembargador Edmundo Minervino**

Lembro-me.

**Desembargadora Maria Thereza Braga Haynes**

Eu já ouvi falar desse processo.

**Desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves**

E esse réu, ele tinha o apelido de azeitona, sabe por quê? Porque ele tirava o revólver e dizia: “toma uma azeitona aí”. E atirava na pessoa, viu..

**Desembargadora Maria Thereza Braga Haynes**

Meu Deus!

**Desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves**

Por isso que ele tinha esse nome. Então, no dia que ele foi a júri, o promotor tinha que fazer a acusação de costas pra ele. Aí, pediu pra que ele fosse vistoriado, pra ver se ele não tinha arma nenhuma. Porque ele estava com a escolta, mas, mesmo assim, ele era muito perigoso.

**Desembargadora Maria Thereza Braga Haynes**

E não tinha nada mais a perder. Não é?

**Desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves**

É, e esse cidadão, me lembro que foi um processo muito demorado.

Tinha vários crimes.

**Desembargador Edmundo Minervino**

A Justiça administra a lei, julga os casos que lhe são submetidos, mas não administra o sistema penitenciário. Quem administra o sistema penitenciário é o Poder Executivo. Costumo dizer que “... frente às leis penais brasileiras, o réu é rei”. Não sei qual é a posição de muitos, mas esta é a minha. Uma outra ponderação: enquanto não se fixar a responsabilidade penal até a idade mínima de 16 anos, assistiremos sempre o que temos visto: a prática do crime envolvendo maiores de 18 anos, aliciando menores dessa idade.

**Desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves**

Aqui, agora eu me lembrei, quando nós estávamos na presidência, iniciamos aqui um projeto chamado de “Videoconferência”.

E instalamos aqui, criamos aqui as condições materiais para que os réus, presos na papuda, pudessem ser interrogados sem vir prá cá, porque o deslocamento do réu, ele é oneroso.

**Desembargadora Maria Thereza Braga Haynes**

Muito.

**Desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves**

E perigoso.

**Desembargador Edmundo Minervino**

Não deixa de ser perigosa e onerada a condução de presos, da papuda para o Tribunal na oportunidade de seus interrogatórios e audiências.

**Desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves**

Por quê? Primeiro, ele tem que vir com escolta. E não é apenas um caso, são muitos casos. Isso, no final do ano, sai uma despesa grande pra Justiça. Pois bem, este projeto, nós elaboramos esse projeto e levamos à Câmara dos Deputados. Eu, pessoalmente, entreguei nas mãos do presidente que era o Deputado... Um que é presidente do PMDB. Lembra o nome dele?

**Desembargadora Maria Thereza Braga Haynes**

Michel Temer?

**Desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves**

Michel Temer.

Entreguei nas mãos dele e ele me falou...

**Desembargador Edmundo Minervino**

Constitucionalista, hein!

**Desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves**

É. Ele me falou o seguinte: “Desembargador, eu... O senhor sabe que eu vou ter que arranjar um deputado pra apresentar, porque Vossa Excelência não tem a competência pra esse caso”. Eu falei: “Não, eu já sabia. Eu trouxe aqui como colaboração nossa, porque isso pesa muito nas despesas da justiça”. Ele falou: “Eu sei e eu vou trabalhar pra aprovar isso”. Mas, infelizmente, até hoje não se transformou em realidade.

**Desembargadora Maria Thereza Braga Haynes**

Juizado Itinerante.

**Desembargador Edmundo Minervino**

Volante.

**Desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves**

Era Volante. Era só um dos juizados especiais.

**Desembargador Edmundo Minervino**

Não, era um Juizado Especial, voltada, neste caso, para os acidentes de trânsito.

**Desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves**

É isso mesmo. Tá funcionando aí.

**Desembargador Edmundo Minervino**

Uma experiência que Vossa Excelência foi buscar em Vitória do Espírito Santo.

**Desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves**

No Canadá.

No Canadá, primeiro eu vi funcionar e aqui em Vitória também. Mas, no Canadá, eu vi, assim: eu cheguei lá, houve um acidente de trânsito, e numa rua central da cidade, cidade de Vancouver. Aí, eu digo: bem, isso aqui... Começou, imediatamente, a congestionar o trânsito. O cidadão deu um telefonema, daí a cinco minutos chegou um carro com o emblema da justiça e em dez minutos ele...

Desarmou tudo. Saiu tudo resolvido. Eu falei: “Olha que coisa extraordinária!”. Cheguei aqui e verifiquei que no Espírito Santo havia um projeto já nesse mesmo, nessa mesma idéia. E aí trouxemos a idéia prá cá.

**Desembargador Edmundo Minervino**

E prosperou, depois mudou de nome, e ganhou novo corpo. Era eu Corregedor, o Desembargador Hermenegildo na Vice-Presidência e o Desembargador Carneiro de Ulhôa Presidência.

**Desembargadora Maria Thereza Braga Haynes**

Um minuto só, Desembargador. Você fez também correição nos territórios?

**Desembargador Edmundo Minervino**

Fiz, por duas vezes.

**Desembargadora Maria Thereza Braga Haynes**

Ah, sim.

Eram nossos ainda?

**Desembargador Edmundo Minervino**

Eram nossos. Apliquei um concurso de Juiz Substituto no Território de Roraima.

**Desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves**

Não passou ninguém?

**Desembargador Edmundo Minervino**

Não passou ninguém.

**Desembargadora Maria Thereza Braga Haynes**

O Amapá?

**Desembargador Edmundo Minervino**

Não, em Roraima.

**Desembargadora Maria Thereza Braga Haynes**

Eleitoral. Isso. O tribunal ainda funcionava aqui?

**Desembargador Edmundo Minervino**

Sim.

**Desembargadora Maria Thereza Braga Haynes**

Ele funcionava lá naquele prédio alugado?

**Desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves**

Foi. Eu transferei prá lá. Eu já contei essa história.

### **Desembargador Edmundo Minervino**

Isso tinha uma razão de ser. O Desembargador Humberto Martins tinha boas amizades, tinha trabalhado na TERRACAP, era uma pessoa muito dedicada ao Tribunal. Com o aumento do número de Desembargadores, precisava-se desocupar o quarto andar de nosso prédio, onde funcionava o TRE-DF. O Desembargador Humberto Martins foi quem conseguiu um novo espaço, em um prédio junto ao do Correio e Telégrafos, ali se instalando o TRE-DF.

### **Desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves**

Primeiro, nós desocupamos aqui e levamos prá, porque o tribunal precisava crescer. E, pra crescer, a gente tinha que arranjar lugar aqui pra acolher os gabinetes.

### **Desembargador Edmundo Minervino**

Eleito Presidente do TRE-DF 1996/1998, tive o cuidado de preparar as primeiras providencias com vistas às eleições gerais que ocorreriam em outubro de 1998. Em 1996, ocorreriam as eleições municipais, cujo pleito não temos no Distrito Federal. Então, formei varias equipes de servidores dirigidas a algumas capitais estaduais, para estudo da organização referente às eleições, v.g.: o uso da urna eletrônica, seu melhor meio de transporte, local da computação total dos votos, distribuição de pessoal para cada setor, etc. Desloquei-me para Florianópolis. A experiência foi frutífera. Aqui no TRE-DF, condensamos as experiências que ficaram a disposição do novo Presidente, Desembargador Jerônimo de Sousa, com orientação para as eleições gerais de 1998.

### **Desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves**

Florianópolis, que era muito bom.

Na mesma linha desse projeto, né?

### **Desembargador Edmundo Minervino**

Um outro fator importante. Ao tomar posse no TRE-DF, dei conta de que toda documentação do Tribunal transportada, em 1960, do Rio de Janeiro para Brasília, encontrava-se entulhada, de forma desorganizada, dentro de um monte de sacos de ráfia. Ali se encontravam papeis, documentação, registro de atas, folhas de pagamento, registro de presença, assentamento funcionais, registro de audiências, resultados de seus julgamentos, e tudo mais que representava a documentação histórica do Tribunal.

**Desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves**

Olha Minervino, me permita? É uma observação importante, porque veja: trata-se da memória institucional. Institucional do Tribunal.

**Desembargador Edmundo Minervino**

É, Institucional do Tribunal Regional Eleitoral.

**Desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves**

A gente pode trabalhar nessa linha aqui também.

**Desembargadora Maria Thereza Braga Haynes**

Também.

**Desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves**

Recuperar alguma coisa da memória institucional, atas importantes.

**Desembargadora Maria Thereza Braga Haynes**

Claro. Claro.

**Desembargador Edmundo Minervino**

Desembargadora Maria Thereza, era tanto que até as folhas de ponto, atas de reuniões, decisões, estavam em sacos de ráfia. Uma montoeira. Graças ao Juno, um grande servidor nosso, conseguiu organizar e digitalizou toda essa documentação.

**Desembargadora Maria Thereza Braga Haynes**

E microfilmou também?

**Desembargador Edmundo Minervino**

Tudo. O andamento de cada processo passou, desde então, a ser acompanhado eletronicamente.

**Desembargadora Maria Thereza Braga Haynes**

Sei.

**Desembargador Edmundo Minervino**

Outrossim, dei início à construção da sede própria desse nosso TRE-DF; consegui a dotação da verba orçamentária, aprovamos o projeto arquitetônico, fizemos a licitação, e, finalmente dei início a construção do prédio; já estava no fim da minha gestão. O Desembargador Jerônimo continuou a construção e a inaugurou.

**Desembargadora Maria Thereza Braga Haynes**

Jerônimo?

**Desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves**

Jerônimo.

**Desembargador Edmundo Minervino**

À Presidência de nosso TJDF, cheguei para o biênio 2000/2002, sucedendo, honradamente, ao nosso grande presidente Desembargador Hermenegildo Gonçalves. Naquele período, alguns projetos institucionais foram lançados, com êxito de funcionamento. A Dr.<sup>a</sup> Gláucia foi pessoa decisiva, destacando-se a Justiça Comunitária, a qual eu acostumava chamar de “Justiça Sem Jurisdição”. A Circunscrição Judiciária Piloto foi Ceilândia. Dividimos Ceilândia em vários setores, em cada setor fez-se uma enquête, para saber quais as pessoas naturalmente líder de cada um desses setores, pessoas a quem a comunidade procurava para aconselhamento ou solução de seus problemas. Escolhidos os líderes naturais, com eles fizemos um treinamento de conciliação. Algumas aulas de direito foram ministradas. Feita a seleção, foram eles credenciados. Instituímos, assim, a Justiça Comunitária. Contávamos com uma verba locada pelo Ministério da Justiça, que se destinava ao pagamento de um *pró-labore* a cada agente Comunitário. Esse projeto ganhou corpo e rodou em vários países, a exemplo, Inglaterra, em Londres, convidados que fomos eu e a Dr. Gláucia para exposição do projeto. Nesse mesmo sentido, fomos convidados para um Seminário realizado pelo Banco Mundial no México. Este projeto criou corpo; foi apresentado na Venezuela, Colômbia, e outros países da Ásia. Instalamos, outrossim, o “Projeto de Mediação”, consistente na auto-composição pelas próprias partes do processo, cuja audiência se realizava nas Varas, mas fora do espaço físico das suas instalações. Cabia a cada Juízes a escolha do processo a ser encaminhado à Mediação. Os resultados foram significativos.

No início do segundo semestre de 1999, Presidente Desembargador Hermenegildo Gonçalves teve a idéia de aumentar o auditório do plenário, no segundo andar. Resultou na verificação de que a estrutura do prédio se encontrava em situação precária, comprometida. Sua recuperação fazia necessária. Mudamos todos nós Desembargadores, seus gabinetes, instalações de Turmas, Câmaras e Plenário para o bloco “A”. Quanto mais se examinava, mais ainda ficava exposto o comprometimento da estrutura do prédio.

### **Desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves**

De gesso?

### **Desembargador Edmundo Minervino**

E também do forro que cobriam as paredes, as colunas e as vigas. As condições era de risco. Ainda na administração Desembargador Hermenegildo Gonçalves deu-se início ao desmonte das paredes internas, das esquadrias, restando apenas o esqueleto do imóvel. A partir de abril de 2000, quando tomei posse na Presidência, foi dado início a reforma do prédio, concluído e inaugurado em 12 de maio de 2002, como hoje podemos apreciar. Concomitantemente, foi construído o Palácio da Justiça, aqui ao lado, que abriga os Gabinetes do Presidente, do Vice-Presidente e Corregedoria e as respectivas Secretarias de Apoio. Além disso, em nossa administração foram construídos os Fóruns de Planaltina, Sobradinho, Gama, Samambaia e Santa Maria. Dentro do mesmo período, foram construídos três galpões no setor de armazenamento, sendo eles: o do Depósito Público e Bens Moveis e o do Arquivo Central..

### **Desembargadora Maria Thereza Braga Haynes**

É. Foi muita coisa.

### **Desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves**

Havia um projeto, eu acho que era um, o projeto era único, não é? Que foi repetido em algumas jurisdições. Era isso. Era isso, né?

É pra tornar mais econômico.

### **Desembargador Edmundo Minervino**

Sim. Alguns desses foros, já existiam, mas não atendiam a demanda judicial com a criação de novas Varas. Assim, tivemos que construir novos blocos, com a mesma estrutura

para ampliação. Desembargadora Maria Thereza, se guardo eu algum conforto espiritual na minha vida, um deles foi ter vivido aqui, em nosso Tribunal, por vinte e oito anos.

**Desembargadora Maria Thereza Braga Haynes**

Uma grande carreira Desembargador. Grande colaboração ao tribunal. Não é, Desembargador Hermenegildo?

**Desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves**

É verdade. É verdade. A gente quando aqui chegou, o Desembargador Minervino vai recordar disso, certamente poderá contar alguns episódios, a gente não tinha suporte. Mesmo depois Desembargador, a gente tinha apenas um assessor.

**Desembargador Edmundo Minervino**

Essa foi e é a contribuição de nós todos!

**Desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves**

A Desembargadora Maria Thereza lembra.

**Desembargadora Maria Thereza Braga Haynes**

É.

**Desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves**

E tinham dois funcionários que faziam atividades de secretaria, né?

**Desembargadora Maria Thereza Braga Haynes**

Datilografia.

**Desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves**

Secretaria. Então, eu me lembro perfeitamente que a gente julgava numa tarde, no máximo, vinte processos. Mas, este número foi crescendo, foi se multiplicando. E, aí, as coisas se tornaram materialmente impossíveis para o desembargador. Então, o tribunal teve que ir atrás de obter funções gratificadas que pudessem trazer servidores qualificados para o gabinete para colaborar, especialmente, na feitura de relatórios, nas pesquisas de jurisprudência. Isso foi o caminho que o tribunal conseguiu imaginar, já que era impossível

pela despesa que ocasionava, o crescimento, no mérito, do número de desembargadores. Isso foi se conseguindo, mas muito pouco.

**Desembargador Edmundo Minervino**

Muito pouco.

**Desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves**

Muito pouco, porque um gabinete realmente é composto de muita coisa: muitos funcionários, juiz, desembargador. Então, a idéia que o tribunal adotou, escolheu como solução imediata, era essa. E criaram algumas funções. Eu mesmo lutei muito por isso. Desembargador... Valtênio. Desembargador Valtênio.

Pra ajudar a resolver, porque nós não estávamos mais dando conta. No final aqui, nós já estávamos julgando cem processos numa tarde.

**Desembargadora Maria Thereza Braga Haynes**

É muita coisa.

**Desembargador Edmundo Minervino**

É muita coisa.

**Desembargadora Maria Thereza Braga Haynes**

É muita coisa.

**Desembargador Edmundo Minervino**

Como presidente de nosso Tribunal, mantive a tradição de oferecer um almoço aos representantes da mídia – falada, escrita e televisa. Na oportunidade, lhes dirigir um convite: “Senhores, eu vou lhes fazer um pedido veemente: ponham, por pouco tempo, o tempo que vocês acharem necessário, um servidor de vocês, da rádio, do jornal ou da televisão, aqui para assistir aos nossos trabalhos, nas audiências dos juízes, nas sessões do Tribunal e em nossos julgamentos. Percam uma tarde ouvindo depoimentos de testemunhas, principalmente na área criminal. Verão o que a “**verdade**” é aquilo que o Juiz colhe como prova. Muitas das vezes, que a mídia anuncia acerca do processo ou do procedimento judicial, nem sempre corresponde a prova real.

**Desembargadora Maria Thereza Braga Haynes**

A realidade é diferente.

**Desembargador Edmundo Minervino**

Disse-lhes mais: a realidade processual é diferente.

**Desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves**

Não, Desembargador Minervino, eu tinha mais uma pergunta. Pode ser que o Desembargador Minervino lembre. Eu sei que o Desembargador Minervino presidiu a AMAGIS e deu uma grande contribuição lá.

**Desembargador Edmundo Minervino**

É. Fui presidente da AMAGIS quatro anos.

**Desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves**

Podia nos contar um pouco da sua experiência lá.

**Desembargador Edmundo Minervino**

Na Presidência da AMAGIS-DF, encontrei uma instituição com pouca repercussão local e nacional (permito-me reservar maiores referências): desorganizada, sem contabilidade, sem documentação, sem quaisquer registros.

Organizei a nossa associação; dei-lhe visibilidade, e, por via reflexa, ao Tribunal. O entrosamento com AMB e a associações estaduais de magistrados foi uma consequência natural. Fundamos o nosso jornal “Tribuna Judiciária”.

**Desembargadora Maria Thereza Braga Haynes**

E as instalações da AMAGIS que ainda eram lá no Bloco A...?

**Desembargador Edmundo Minervino**

No período de nossa administração, conseguimos o direito de concessão de uso, junto ao Distrito Federal, do terreno para construção de nossa Sede Social. Deixei algumas reservas econômicas para tanto. O Desembargador Nívio que me sucedeu na Presidência da AMAGIS-DF deu continuidade à construção da Sede.

**Desembargadora Maria Thereza Braga Haynes**

Nívio?

**Desembargador Edmundo Minervino**

Sim, ele mesmo, Nívio Gonçalves.

**Desembargadora Maria Thereza Braga Haynes**

Pode erguer o prédio?

**Desembargador Edmundo Minervino**

Com o dinheiro que reservei, e mais uma chamada que ele conseguiu fazer; graças a isso e a outras gestões que se seguirão, temos hoje no nosso Clube.

**Desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves**

Eu acho importante, sabe-se que aquele terreno tinha um prazo de validade.

**Desembargador Edmundo Minervino**

É.

**Desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves**

Ele foi colocado à disposição da AMAGIS por um prazo.

**Desembargador Edmundo Minervino**

Concessão de uso de bem público.

**Desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves**

É, uma concessão de uso. E esse prazo venceu e lastimavelmente não se adotou as providências necessárias para a...

**Desembargador Edmundo Minervino**

Aquisição.

**Desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves**

...A renovação ou para a aquisição, isso deu um problema seriíssimo. Agora na gestão do Desembargador Lécio, eu tive a oportunidade de conversar com ele e ele me disse que tinha um relacionamento muito bom com a presidente da TERRACAP. Então, chegamos à conclusão de que a idéia melhor era a... Porque a compra hoje é inviável. Aquilo se valorizou extraordinariamente. Chegou-se a fazer um estudo aí que dava, por mês, uma quantia grande para cada magistrado durante vinte anos. Eu falei: “Eu to fora”. Primeiro é que eu não vou viver mais vinte anos, não é? Então, eu não tenho condições de entrar numa coisa dessa. Mas, aí, optou-se pra solução de que o terreno foi doado à União para ser administrado pelo tribunal. Vai servir para lazer, mas, primeiro lugar, vai servir para um centro de treinamento do tribunal. Consta do projeto que está lá na Câmara. Consta do projeto que está lá na Câmara Então, tudo tem a sua historia. Começou dessa maneira que o Desembargador Minervino está contando.

**Desembargadora Maria Thereza Braga Haynes**

Exatamente.

**Desembargador Edmundo Minervino**

Eu tornei a “Tribuna Judiciária” auto-suficiente. Tínhamos patrocínio com um anúncio de determinadas empresas qualificadas, que pagavam. Com esse dinheiro, pagávamos a edição do nosso jornal “Tribunal Judiciária” e fazíamos uma reserva mensal; diminuimos os gastos.

**Desembargadora Maria Thereza Braga Haynes**

Muita coisa você fez, Desembargador. Muita coisa.

**Desembargador Edmundo Minervino**

Os jantares que realizávamos – afora o do fim de ano, que tinha promoção, eram cobertos por adesão.

O preço era um pouquinho maior do que o custo real, isto para formar um fundo de reserva para a futura sede da associação.

**Desembargadora Maria Thereza Braga Haynes**

Pois então, isso deu frutos magníficos, Desembargador. Muitas realizações, muita coisa boa. Muito lhe deve a Justiça do Distrito Federal.

**Desembargador Edmundo Minervino**

Não. A mim não. Eu que devo a ela pela honra de ter estado aqui.

**Desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves**

Hoje nós temos já trezentos juízes aí. Um número aproximado desses, eu não sei o número exato.

**Desembargadora Maria Thereza Braga Haynes**

Trezentos já.

**Desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves**

Mais ou menos.

**Desembargadora Maria Thereza Braga Haynes**

Meu Deus do céu!

**Desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves**

E a maioria freqüenta aquele local, mas...

**Desembargadora Maria Thereza Braga Haynes**

Sem saber desses fundamentos históricos, não é?

**Desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves**

Não sabe. Não sabe da luta que foi pra começar aqui.

**Desembargador Edmundo Minervino**

Desembargadora Maria Thereza, não sei se deva gravar ou não. Eu dizia que o juiz...

**Desembargadora Maria Thereza Braga Haynes**

Deve gravar tudo, viu?

**Desembargador Edmundo Minervino**

Eu, quando... Eu, na presidência da associação, dizia que o juiz tinha dentro do bolso uma jararaca alimentada a “toddy”. Que quando tinha alguma coisa pra gastar, que ele metia a mão no bolso, lembrava da jararaca e tirava a mão. Era difícil arrancar um tostão do juiz para qualquer coisa. Era difícil. Aqueles jantares bons, administrado pela própria associação, cobrava-se uma taxa a mais para a construção de nossa sede social.

**Desembargadora Maria Thereza Braga Haynes**

Juntar o dinheiro?

**Desembargador Edmundo Minervino**

Juntar o dinheiro. E isso, mesmo assim reclamavam!

**Desembargadora Maria Thereza Braga Haynes**

Olha. Ta vendo?

**Desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves**

É. Os juízes já ganham pouco.

**Desembargador Edmundo Minervino**

Pouquíssimo.

**Desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves**

Ganham pouco normalmente. Agora, veja, estamos aí numa situação já muito difícil. Eu tenho sabido de alguns nossos colegas que hoje vivem já usando o crédito de cartão especial, essas coisas. Pagando juros.

**Desembargadora Maria Thereza Braga Haynes**

Quem tem filho pequeno, os colégios são muito caros.

**Desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves**

É muita despesa.

**Desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves**

Foi um baque.

**Desembargador Edmundo Minervino**

Foi um baque e uma preocupação imensa na manutenção da despesa familiar. Hoje, o Juiz ingressa na carreira com os vencimentos fixos, sem a adição do tempo de serviço. Mas o tempo, o tempo de família que ele constitui vai lhe impondo maiores encargos financeiros. Os filhos vão crescendo, sai do ensino fundamental para o ensino médio, depois para universidade. Chegam à adolescência, suas necessidades, com chamamento do mercado consumista, crescem, importa tudo isso em maiores despesas. Os pais, os Juizes, continuam com os mesmos vencimentos iniciais quando seus filhos eram menores, ou ainda nem os tinham.

**Desembargadora Maria Thereza Braga Haynes**

É. Exigente, cruel.

**Desembargador Edmundo Minervino**

E a aquisição de apartamento. Cada dia mais o mercado imobiliário de Brasília se torna astronômico. E eu pergunto: como esses Juizes vão suportar, com o aumento de suas despesas naturais e familiares?

**Desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves**

Eu tenho conhecimento de um projeto – de uma PEC que está no Congresso para ser aprovado já numa das comissões – para restaurar esse adicional que não é só para refazer a situação econômica e financeira do magistrado, é prá, também, criar um estímulo para a carreira. Porque a verdade é que hoje ficou tudo muito parecido. O juiz substituto, ele já entra com o vencimento muito próximo do desembargador.

**Desembargadora Maria Thereza Braga Haynes**

Do desembargador inclusive.

**Desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves**

E, no final, ta todo mundo ganhando mal.

Isso é muito ruim.

Hoje tem um projeto, inclusive apadrinhado pela AMB, e eu imagino que isso voltará, porque realmente vai novamente repor as coisas nos lugares.

**Desembargador Edmundo Minervino**

Exatamente.

**Desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves**

Eu acredito que sim.

**Desembargadora Maria Thereza Braga Haynes**

E agora, Desembargador, quais são os seus planos de advocacia? Sabemos que já está advogando no escritório.

**Desembargador Edmundo Minervino**

Desembargadora Maria Thereza, depois que me aposentei fiquei meditando: o que eu vou fazer. Em termo de brincadeira, quem me conhece sabe que eu sou uma pessoa excessivamente agitada e inquieta. Explico-me por três razões: sou descendente de italiano, sou nordestino e de pequena estatura. Então, tenho que ser isso, agitado e inquieto. Eu até digo: eu não sou de pequena estatura, eu sou condensado.

**Desembargadora Maria Thereza Braga Haynes**

Oh! Isso mesmo. De grandes qualidades.

**Desembargador Edmundo Minervino**

Então, cogitei, matutei, e instalei um escritório de advocacia. Somos três colegas. Graças a Deus, tudo vai bem. O Bruno – que é mestre em ortodontia e ortopedia facial – meu filho, tem a clínica dele, é professor universitário em duas faculdades de graduação e pós-graduação, resolveu fazer o curso de Direito. No primeiro exame da Ordem, passou. Está indo lá, uma ou duas vezes por semana. Promete progresso.

**Desembargadora Maria Thereza Braga Haynes**

Isso. Isso é muito bom.

**Desembargador Edmundo Minervino**

Então, estou eu, ele e mais um colega paulista, Dr. Leandro.

**Desembargadora Maria Thereza Braga Haynes**

Que bom.

**Desembargador Edmundo Minervino Dias**

Estamos bem, graças a Deus.

**Desembargadora Maria Thereza Braga Haynes**

A gente fica satisfeita de saber a trajetória...

**Desembargador Edmundo Minervino**

A família vai crescendo: temos dois netos, a Carolina, filha do Bruno e o Gabriel, filho da Eliana.

**Desembargadora Maria Thereza Braga Haynes**

A trajetória de atividade, de bem, de justiça continua, não é Desembargador?

**Desembargador Edmundo Minervino**

Continua.

**Desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves**

Desembargador, a gente gostaria que o Desembargador deixasse uma mensagem aí para finalizar esse depoimento tão importante.

**Desembargador Edmundo Minervino**

Desembargador Hermenegildo e Desembargadora Maria Thereza: quem foi Juiz por vocação, Juiz continua sendo. Quem foi Juiz por dedicação, por dedicação continua a amar a instituição a que integrou na atividade. A mensagem que deixo para nosso Tribunal, esta mensagem, já anunciada pelo seu progresso: Que Ele continue sendo o melhor Tribunal deste País; que os seus Juízes que aqui ingressam – Substitutos, Juízes de Direito, Desembargadores – tenham esse sentimento de dever cívico para com o Estado. Tanto servidores como Juízes deverão guardar na alma o ensinamento: “Mais do que servidor

público, somos todos nós servidores do público”. Essa consciência que todos nós temos, dos que aqui pelejamos, não podemos esquecer que tem alguém, ali no anonimato, esperando a solução das suas angústias. Esse é o nosso dever. Esse é o dever que o Tribunal sempre cumpriu e cumprirá por tempos afora. Que a atual e futuras administrações alcancem, cada dia mais, o sucesso nos seus projetos e de suas aspirações.

**Desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves**

Muito bom.

**Desembargadora Maria Thereza Braga Haynes**

Muito bem. Muito bonito. Foi uma ótima entrevista, Desembargador.